

A Juventude Socialista do PSB e sua militância por meio da revista *Movimento Socialista* (1956-1960)

The Socialist Youth of the PSB and its activism through the magazine Movimento Socialista (1956-1960)

Sérgio Luiz Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0001-8950-0666>
Universidade de São Paulo

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória da Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro, no período que vai de 1956 a 1960. A formação de uma Juventude foi um tema controverso nas fileiras do PSB, após tentativas, como a criação do Movimento Estudantil Socialista Brasileiro (MESB), em princípios da década de 1950, um grupo de militantes filiados à legenda, organizados em torno das lideranças de Erich Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira, articularam uma Juventude Socialista em 1956. Mas o PSB serviu mais como uma “cobertura legal” para o grupo, cujas ideias possuíam tonalidades bem mais radicais do que as encampadas pelo partido fundado em 1947. Além das duas lideranças supracitadas, pela JS também passaram Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro, Rui Mauro Marini, Paul Singer, dentre outros. A JS do PSB será um dos pilares da ORM-POLOP, juntamente à Liga Socialista Independente e à Mocidade Trabalhista do PTB. Por meio da revista *Movimento Socialista*, a JS expôs suas ideias e concepções políticas de cunho marxista e revolucionário, antecipando o que seria visto nas páginas do jornal *Política Operária*, informativo da ORM-POLOP.

Palavras-chave: Juventude Socialista. PSB. Marxismo. Revista.

Abstract: This article aims to analyze the trajectory of the Socialist Youth of the Brazilian Socialist Party, in the period from 1956 to 1960. The formation of a Youth was a controversial topic in the ranks of the PSB, after attempts, such as the creation of the Brazilian Socialist Student Movement (MESB), in the early 1950s, a group of militants affiliated to the legend, organized around the leaders of Erich Sachs and Luiz Alberto Moniz Bandeira, articulated a Socialist Youth in 1956.

But the PSB served more as a “legal cover” for the group, whose ideas were much more radical than those taken up by the party founded in 1947. In addition to the two aforementioned leaders, JS also passed Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro, Rui Mauro Marini, Paul Singer, among others. PSB's JS will be one of the pillars of ORM-POLOP, together with the Independent Socialist League and the PTB Labor Youth. Through the *Socialist Movement* magazine, JS exposed its ideas and political conceptions of a Marxist and revolutionary nature, anticipating what would be seen on the pages of the newspaper *Operária Política*, informative by ORM-POLOP.

Keywords: Socialist Youth. PSB. Marxism. Magazine.

Introdução

A formação de uma Juventude, enquanto seção interna ao partido, foi uma questão polêmica dentro do PSB, sustentando debates internos ao longo de boa parte da trajetória da legenda, especialmente no período que abrange nosso recorte histórico. A Juventude sobre a qual nos debruçaremos é aquela formada na segunda metade da década de 1950, motivada, sobretudo, por Luiz Alberto Moniz Bandeira e Erich Sachs. Corrente esta que rompeu com o PSB na conjuntura dos debates em torno das eleições presidenciais de 1960, quando os socialistas se decidiram pelo apoio ao Marechal Henrique Teixeira Lott, que disputava o pleito contra Jânio Quadros. Nossa apreciação sobre a JS, atuando no Partido Socialista Brasileiro, encerrar-se-á nesse ponto, visto



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que a agremiação foi incorporada a ORM-POLOP em 1961.

Nossa análise terá como referência básica o Programa do PSB de 1947, e as atas das Convenções de 1949, 1953, 1961, documentos disponíveis na coletânea *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, de Edgard Carone. Consultamos também os jornais *Vanguarda Socialista* e *Folha Socialista*¹, ambos vinculados ao partido em questão. Outro periódico analisado será a revista *Movimento Socialista*, informativo da JS, que circulou em apenas dois exemplares, no segundo semestre de 1959. Somaremos a estas fontes o artigo de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2017), “Notas sobre a Polop e Erich Sachs”.

Os debates em torno da formação de uma Juventude Socialista no PSB

A formação de uma Juventude dentro do PSB foi um tema que levantou certa divergência durante boa parte da trajetória deste partido, no período que nos toca. Diferentemente do PCB, que desde 1927 possuía uma juventude comunista (BASBAUM, 1976) atuante, os socialistas tiveram dificuldade para constituir tal tipo de seção em suas fileiras. Nos anos iniciais de atividades da sigla, até 1950, foram empreendidos esforços no sentido de atrair a juventude para os quadros do partido. Tais esforços se materializaram na tentativa de criação do Movimento dos Estudantes Socialistas do Brasil (MESB), iniciativa que tinha por finalidade “desenvolver os ideais socialistas entre a mocidade estudantil do País, preparando-a para melhor defender os interesses de classe” (*Vanguarda Socialista*, edição nº 126, 18 de agosto de 1948). Não obstante, tal empreendimento não obteve resultados, e sua existência foi breve.

Mais bem-sucedidas foram as atividades dos socialistas na União Nacional dos Estudantes. Entre 1947 e 1950, deu-se o período que foi chamado por alguns estudiosos como “fase de hegemonia do Partido Socialista” (POERNER, 1968) sobre a UNE. Nesse interregno, foram eleitos Roberto Gusmão, em 1947, Genival Barbosa Guimarães, em 1948, e Rogê Ferreira, no ano seguinte. Tal período marcou o início das grandes campanhas de caráter nacionalista, sobretudo o movimento “o petróleo é nosso”, apoiado pela UNE. Mas os dirigentes estudantis socialistas atuavam como membros do PSB, vinculados à grande política do partido. Direcionados especificamente à juventude seguiam os trabalhos do MESB.

Na edição de 31 de agosto de 1948, o jornal *Vanguarda Socialista* publicou um “manifesto aos estudantes”, alertando a categoria para a rearticulação de grupos integralistas entre o estudantado, e conclamando os mesmos a participarem da II Convenção Estadual do PSB paulista, a ser realizada em Campinas, em setembro do mesmo ano (*Vanguarda Socialista*, edição nº 127, 8 de agosto de 1948). Contudo, são escassos chamados dessa natureza, tanto nas linhas do *Vanguarda Socialista*, quando nas do *Folha Socialista*. Até finais da década de 1940, matérias e editoriais relativos ao tema em questão se relacionavam, em boa parte, às atividades do MESB. Na década seguinte, temáticas direcionadas à juventude e a arregimentação de jovens para o partido se tornaram ainda mais raras nos informativos socialistas.

Dois textos publicados pelo *Folha Socialista* ilustram bem como se dava o encaminhamento da problemática em análise entre os quadros do PSB. O primeiro foi assinado por Oliveiros S. Ferreira, intitulado “A Missão da Juventude Socialista”, presente na edição de número sete deste periódico. Nesse artigo, o autor faz menção ao “papel” histórico das juventudes nos partidos operários, mas sempre salientando a necessidade da vinculação destes setores aos quadros ditos

¹ “Em princípios de 1948, o recém fundado PSB recebeu em suas fileiras a adesão de um grupo de militantes que se reunia em torno da liderança de Mario Pedrosa. O mesmo tentou articular, em 1945, no Rio de Janeiro, uma efêmera União Socialista Popular (USP). A sigla reuniu antigos integrantes da Liga Comunista Internacionalista (LCI), dissidentes do PCB e socialistas independentes. A adesão de parte expressiva da USP possibilitou ao PSB dispor de um periódico próprio na capital federal, visto que ao partido foi entregue o controle sobre o *Vanguarda Socialista*, jornal que circulava desde 1945, sob a batuta de Mario Pedrosa”. Em finais de 1947, passou a circular em São Paulo o jornal *Folha Socialista*, com a adesão de quadros da USP carioca, o *Vanguarda Socialista* foi incorporado pelo PSB e o veículo informativo oficial da legenda passou a ser o *Folha Socialista*. (OLIVEIRA, 2017, p. 70-81).

mais “velhos”, e por isso mais experientes. Não há menção clara à formação de uma Juventude no PSB, apenas orientações gerais, de cunho abstrato e voluntarista (*Folha Socialista*, edição nº 7, 12 de maio de 1948). Ainda que de forma tutelada, o artigo de Oliveiros S. Ferreira advoga por uma participação mais ativa dos setores jovens na legenda. Já o texto de Aristides Lobo, “Contra a Organização de Juventudes”, publicado na edição seguinte a do artigo de Oliveiros, como o próprio título evidencia, era abertamente contrário à formação de tais grupos, de modo setorizado, nas fileiras socialistas. O autor faz referência ao “ímpeto” dos jovens, necessário para a renovação de quadros e a oxigenação do partido, mas que muitas vezes pode beirar a inconsequência política, devido à pouca idade e experiência dos mesmos. Levando-se em conta tais fatores, de acordo com ele, essa

[...] questão de idade é muito séria, não só na vida comum, mas também e particularmente no âmbito da atividade política. O Partido Socialista deve analisá-la com uma seriedade correspondente, a fim de não incorrer em erros já evidenciados por todo o recente passado histórico. Nos corpos militares, nas competições esportivas, nos jogos de recreio, é natural e mesmo recomendável que uma rigorosa seleção física – pois é também disto que se trata – seja o melhor critério para qualquer tarefa de organização. Em política, porém – **embora certas tarefas especiais devam de preferência ser confiadas aos jovens e as mulheres** (grifo nosso) – é inadmissível que os militantes mais velhos e em geral mais experientes trabalhem em organizações próprias, separadas, diferentes (*Folha Socialista*, edição nº 8, 10 de junho de 1948).

O excerto exposto acima nos dá mostras da heterogeneidade existente entre os quadros socialistas. Um partido que sempre oscilou entre correntes conservadoras, prontas a alinhamentos partidários junto a figuras como Jânio Quadros e Carlos Lacerda, e grupos mais à esquerda, os mesmos que dominariam o partido em fases mais radicais da política nacional, como no quadriênio pré-golpe de 1964. Não obstante, na conjuntura em discussão, grupos de cunho mais moderado e conservador davam as cartas na legenda, e a hegemonia destes segmentos postergou a efetiva constituição de uma Juventude no PSB.

Na edição de número 44 do *Folha Socialista*, há referências ao terceiro ano de existência da União Internacional da Juventude Socialista (UIJS)², cuja sede se encontrava em Amsterdã, Holanda. Esta organização era vinculada à Internacional Socialista. O PSB, desde o início de suas atividades, buscou se orientar pelas diretrizes da IS, algo semelhante se processava em seus núcleos jovens. Ainda em 1950, tentou-se a criação, no Rio de Janeiro, de um Movimento da Juventude Socialista, que tinha por meta organizar uma Juventude dentro do PSB em nível nacional (*Folha Socialista*, edição nº 44, 01 de fevereiro de 1950). Deste período em diante, raras serão as menções às atividades promovidas pelos quadros jovens do PSB nas linhas do *Folha Socialista*. As poucas palavras destinadas a este tema fizeram referências a greves e congressos estudantis, sem tomada de posição definida.

A formação de uma Juventude Socialista no PSB

A Juventude sobre a qual vamos nos concentrar é a formada em 1956, época em que se deu a aproximação entre Erich Sachs e Moniz Bandeira. O primeiro, com articulações periféricas entre setores do PSB, buscava direcionar a legenda em sentido mais radical e esquerdista desde os tempos de suas atividades no GRAC³. O segundo, um jovem militante egresso do trotskismo,

² Segundo o artigo supracitado, em 1947 foi rearticulada a União Internacional da Juventude Socialista, entidade criada em 1907, num Congresso realizado em Stuttgart, Alemanha, esta agremiação estava vinculada a II Internacional. A UIJS passou por uma série de cisões internas, relacionadas à criação da III Internacional, em 1919, e em 1939 seus trabalhos foram interrompidos em virtude da II Guerra Mundial. A sigla retomou suas atividades a partir do Congresso de Paris, realizado em 1947 (*Folha Socialista*, edição nº 44, 1º de fevereiro de 1950).

³ As origens do socialismo democrático em São Paulo se encontram no GRAC (Grupo Radical de Ação Popular), agremiação formada nas Faculdades de Filosofia e de Direito da USP, em 1942, ainda sob a ditadura estadonovista. Deste

vindo de uma família de ativistas políticos. Sobre os passos iniciais da JS, Moniz Bandeira aponta que

As diretrizes teóricas da Juventude Socialista (Esquerda Socialista), que Erich Sachs e eu, em 1957, começamos a organizar no Rio de Janeiro, eram as mesmas da Liga Socialista Independente de Hermínio Sacchetta, meu amigo, com quem muito aprendi e de quem nunca me afastei, até seu falecimento em 1982. Contamos, na formação da JS, com a adesão de jovens egressos da União da Juventude Comunista (UJC), entre os quais Bóris Nicolaiewsky [...] (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 20).

O núcleo da JS do PSB contou, ao longo de sua breve trajetória, com Erich Sachs, militante mais velho e com certa liderança intelectual sobre os demais componentes do grupo, segundo boa parte dos relatos (LEAL, 2011)⁴. Junto ao ativista austríaco militavam Moniz Bandeira, Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e Rui Mauro Marini, os três últimos vindos da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas. Militando em São Paulo se encontrava Paul Singer. A JS manteve constante diálogo com grupos atuantes em diversas regiões do país, especialmente a Liga Socialista Independente-LSI, agremiação paulistana (BANDOLI, 2013), e a Mocidade Trabalhista-MT do PTB mineiro, seção de Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2018). Outras áreas de contato eram a Juventude Universitária Católica (JUC), o POR-T (trotskista), o Movimento Socialista Renovador (MSR), cisão do PCB liderada por Agildo Barata, a Ação Libertária (grupo de orientação anarquista, organizado em São Paulo), dentre outras agremiações (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 20-21).

Nas linhas do informativo *Folha Socialista*, não há referências à JS formada em 1956. Esta corrente surgiu numa fase de redefinição interna do PSB, período em que a legenda superava a “invasão janista”⁵ e voltava a se alinhar ao socialismo anunciado em seu programa histórico. Mas o socialismo proposto pelo PSB, em seus documentos e periódicos, cada vez mais se mostrava moderado em excesso, isto para uma juventude que testemunhava com atenção o acirramento das lutas de classe no Brasil e no mundo. É nesta conjuntura que começa a circular a revista *Movimento Socialista*. As ideias e propostas propagadas pelo periódico da JS externavam o distanciamento crescente entre este grupo e as orientações que partiam das cúpulas do PSB. As eleições presidenciais de 1960 marcaram o afastamento da JS da legenda que lhe fornecia “cobertura legal”. Sobre este ponto, vejamos o testemunho da Moniz Bandeira

A Juventude Socialista (Esquerda Socialista), no Rio de Janeiro, decidiu não apoiar, nas eleições de 1960, nenhuma das candidaturas, nem a do marechal Henrique Lott, apoiada pelo PSB, nem a de Jânio Quadros à presidência da República, mas somente a candidatura do deputado Sérgio Magalhães (PTB) ao governo do Estado da Guanabara, e a de João Goulart à vice-presidência da República (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 21).

Acima usamos o termo afastamento, e não cisão, visto que, amparados pelas fontes às quais

pequeno núcleo de ativistas, fizeram parte Paulo Emílio Sales Gomes, Antônio Cândido de Melo e Souza, Antônio Costa Correia, Germinal Feijó, Paulo Zingg, e um “gráfico de origem austríaca chamado Erich Sachs”. (HECKER, 1998, p. 65)

⁴ “Com Eric começa minha formação marxista”. Depoimento de Aluizio Leite Filho a Leovegildo Pereira Leal. (LEAL, 2011, p. 99)

⁵ “Tema controverso, a adesão do PSB paulista ao janismo suscita debates até os dias atuais. O que não se discute é que tal posicionamento visava a uma maior penetração junto às massas, por parte de um partido modesto, de quadros reduzidos, mas com pretensões hegemônicas. [...] Correntes menos ideológicas do PSB, dispostas a executar uma espécie de “entrismo” no populismo, e com essa medida ampliar a representação socialista em São Paulo, optaram por se coligar à liderança carismática de Jânio Quadros. O interregno janista, que assolou a legenda entre 1953 e 1959, afastou lideranças históricas de porte, como Antônio Cândido, Paul Singer, Cid Franco, Febus Gicovate, Azis Simão, Fúlvio Abramo, Aristides Lobo, Costa Correia, João da Costa Pimenta (liderança operária), dentre outros. Mas estes ativistas não romperam com o partido, fazendo jus a tradição de democracia interna da sigla, mantiveram-se afastados, chegando mesmo a interromper a circulação do *Folha Socialista* entre 1955 e 1958, à espera do melhor momento para se contrapor às correntes janistas que dominavam o PSB. A retomada dos setores ideológicos do partido, em oposição aos pragmáticos, expressa na dicotomia janistas *versus* não-janistas, efetiva-se em 1957, após ruptura com o governador Jânio Quadros” (OLIVEIRA, 2017, p. 70-80).

tivemos acesso, concluímos que a JS jamais se articulou enquanto corrente ou tendência interna ao PSB. Segundo depoimento de Moniz Bandeira, a vinculação à legenda socialista obedecia a motivações mais táticas do que programáticas. O radicalismo presente na JS constituída em 1956 não se enquadrava nas diretrizes do PSB, mesmo nas de suas alas mais esquerdistas. Isto posto, o afastamento do grupo de Sachs e Moniz Bandeira foi um processo natural, sem grandes traumas para ambos os grupos envolvidos.

Embora o PSB fosse visto pela JS como moderado, durante o governo João Goulart, nos turbulentos anos que antecederam o golpe de 1964, este partido se alinhou aos setores mais combativos da esquerda nacional do período. A guinada à esquerda por parte dos socialistas pôs a legenda na mira dos grupos que se apossaram do Estado brasileiro em 1964. Na Câmara Federal, foram cassados os mandatos de Max da Costa Santos, Rogê Ferreira, Francisco Julião e Mário Lima. Destino semelhante encontrou a grande maioria dos deputados estaduais e vereadores da legenda por todo país. Na assembleia legislativa de São Paulo, Cid Franco teve o mandato cassado. Fúlvio Abramo, Costa Corrêa e Plínio Mello se evadiram do país logo após o golpe. Wilson Rahal e Febus Gikovate terminaram detidos. Em 1965, com o AI-2, a sigla foi extinta. O partido seria retomado com a redemocratização de princípios dos Anos 1980, mas sem o vigor socialista de sua fase mais radical, entre 1960 e 1964.

A revista Movimento Socialista

Não obtivemos acesso ao conteúdo completo dos dois únicos exemplares da revista *Movimento Socialista*, durante o processo de digitalização do documento parte do material se perdeu, todavia, o conteúdo por nós analisado permite uma leitura satisfatória acerca dos preceitos teóricos que norteavam o grupo em torno da JS do PSB. A direção do periódico coube a Moniz Bandeira, que se apresentava como Luiz Alberto Dias Lima. A redação da revista teve como sede uma sala, de número 922, localizada na Avenida 13 de Maio, centro do Rio de Janeiro, “cedida pelos anarquistas” (LEAL, 2011, 87). O primeiro exemplar veio a público em 1^o de julho de 1959, e o segundo em 1^o de dezembro do mesmo ano. O representante da revista em São Paulo era Paulo Singer, como indicado na contracapa da mesma.

O primeiro número de *Movimento Socialista* tem como escrito inicial um breve texto apresentando as “razões e a missão” da revista. Entre diversos artigos, assinados por pseudônimos, discute-se a conjuntura política nacional e internacional. Há também uma seção dedicada a “notas e comentários”, e outra a indicações de livros e revistas, alinhados às ideias e propostas do grupo em torno do informativo. A edição se encerra com artigos de Rosa Luxemburgo (“Estancamentos e Progressos da Doutrina”), e de Isaac Deutscher (“A Tragédia do Comunismo Polonês entre as Duas Guerras”). A segunda edição segue a mesma linha da primeira, desta vez se encerrando com artigos de August Talheimer (“Marxismo e Existencialismo”), e de Manuel Agustin Aguirre (“A América Latina e a Luta Pelo Socialismo”), militante político e teórico marxista equatoriano, professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito.

Dos textos a nossa disposição, selecionamos para análise os textos: “As Razões e a Missão do Movimento Socialista”, escrito em que o grupo delimita sua área, e sua linha de atuação dentro do campo marxista; e “Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados”, assinado por Eurico Mendes (pseudônimo de Sachs), artigo que marca o distanciamento político e teórico do grupo em relação ao PCB. Em seguida, discutiremos o editorial do segundo exemplar da revista: “Tendências Estadonovistas na Política Nacional”, texto que aponta a fragilidade da democracia, no período em discussão, indicando continuidades em relação ao ciclo autoritário que perdurou de 1937 a 1945, e antecipando futuras inflexões antidemocráticas, promovidas pelas forças conservadoras e reacionárias muito atuantes no cenário político brasileiro da época.

À guisa de editorial, o texto “As Razões e a Missão do Movimento Socialista” explicita os objetivos da revista, que tinha por meta o “cumprimento de uma tarefa inadiável e intransferível: a

de divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico” (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 1). Mas o periódico se definia como uma tribuna de debates, em sentido marxista, sem estar filiado a nenhuma organização ou partido político.

Como órgão de publicidade, *Movimento Socialista* não se liga e não responde pela orientação de qualquer organização ou grupo existente no Brasil. E muito menos se vincula a grupos, partidos ou correntes existentes no estrangeiro. Existimos para debater e propagar ideias e não como porta-vozes de ninguém, pessoa ou organização (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 3).

Sintonizado com a sua época, o editorial mostra que o grupo por trás da revista se mostra consciente ante o profundo processo de transformação pelo qual passava a sociedade brasileira. O tipo de desenvolvimento proposto pelo modelo desenvolvimentista atingira seus limites, e o compromisso de classes estabelecido também chegara a seus estertores. O campo socialista-marxista passava por um processo de reformulação, e nem o histórico PCB podia passar ao largo disso. O mesmo se repetia em âmbito internacional, em um meio que ainda se recuperava da hecatombe provocada pelo relatório Khrutchev de 1956. O panorama era de radicalismo crescente e de redefinição de rumos, e *Movimento Socialista* buscava interagir em tal processo, sempre procurando se vincular a classe operária, que seria o principal agente das mudanças, em sentido marxista. O que a corrente em torno de *Movimento Socialista* buscava era conscientizar a classe operária, até então vista como “massa de manobra”, presa a “limitados objetivos imediatistas”, contida em suas ações pelo cupulismo e pelo reformismo a emanar do complexo comunismo-prestígio/trabalhismo. O antídoto para tal estado de coisas seria o resgate da “ideologia de classe” do proletariado, ou seja, o “marxismo”.

Em linhas gerais, as propostas do periódico socialista eram muito semelhantes às da LSI expressas em seu jornal *Ação Socialista*⁶, que também buscava se contrapor ao bloco trabalhista-pecebista, congregando forças alternativas ao grupo hegemônico na esquerda brasileira de antanho. O campo marxista/socialista se expandia em novas correntes e tendências, e a ideia de formação de frentes perpassava boa parte dos novos agrupamentos, desejosos em unir forças em combate a seus adversários, sobretudo os situados à esquerda. *Movimento Socialista* seguia essa toada, embora não se veja convocações explícitas para a formação de frentes em suas páginas. Senão vejamos as seguintes linhas do editorial em análise:

Como é do conhecimento público, verifica-se em toda parte um processo de ruptura, de diferenciação, de dispersão e reagrupamento, de dissolução e instabilidade orgânica, de reaglutinação e busca de novas soluções associativas que identifiquem a profunda crise que atinge a tudo e a todos que ainda pretendam manter-se ao abrigo da bandeira do marxismo. Fazemos parte deste processo e pretendemos atuar nele, influir positivamente no seu desfecho (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 1-3).

Mas a revista *Movimento Socialista* procurava atuar no processo em discussão como força teórica, atirando-se ao embate de ideias, resgatando o marxismo das simplificações em voga até então. Nas linhas do periódico em discussão, verifica-se um esforço no sentido de se evitar qualquer forma de dogmatismo, sustentando um viés pluralista, salientando o caráter de tribuna de ideias da revista. Não obstante, a delimitação da área de atuação é definida, e em sentido marxista.

⁶ O periódico *Ação Socialista* circulou entre 1959 e 1960, era o órgão de comunicação da LSI, agremiação formada em São Paulo sob a liderança de Hemínio Sacchetta, grupo de orientação próxima ao trotskismo, mas sem filiação as correntes trotskistas nacionais ou internacionais. A LSI também tinha proximidade com o pensamento de Rosa Luxemburgo. Pela Liga passaram Michael Lowy, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Paul Singer, Maurício Tragtenberg, Gabriel Cohn, Alberto Rocha Barros, os irmãos Emir e Eder Sader, dentre outros. Para mais informações sobre a LSI, consultar (BANDOLI, 2013)

Nossa crítica é uma crítica de esquerda, do ângulo marxista, do ponto de vista dos interesses permanentes da classe operária. Assim, fique bem claro que nossa denúncia de reboquismo, a adesão às posições burguesas em que se esmeram certos “comunistas” jamais será feira para desmoralizar e negar os direitos de existência do comunismo. Combatemos sem tréguas o que nos parece errado e funesto no que dizem e fazem (e cada um é o que faz, é medido pelas suas ações) e não pelo que dizem que são e pretendem ser. Nossa crítica à burocracia soviética, que já se revelou tão cruel e homicida, é dirigida por ser burocracia e não porque seja soviética (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 4).

O segundo texto que nos propomos a analisar é “Luiz Carlos Prestes e Seus Aliados”, assinado por Eurico Mendes, pseudônimo de Erich Sachs. O artigo executa uma aguda crítica à política de alianças, em caráter de *frente*, proposta pelo PCB pós “Declaração de Março” de 1958. O artigo de Eurico Mendes tem como foco o documento “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil”, publicada no jornal *Voz Operária*, de 22 de março de 1958. O texto chama a atenção para o fato de que, em se “olhando as coisas mais de perto, a “nova linha” não é tão inédita como seus autores pretendem fazer crer. Revivendo os primeiros anos de pós-guerra, lembramos de um Prestes que pregava a “União Nacional”, a aliança do proletariado com a “burguesia progressista” [...]” (Revista *Movimento Socialista*, n. 01, 1º de julho de 1959, p. 24). O autor executa um breve histórico das políticas de aliança propostas pelos comunistas desde o pós-Estado Novo. Sobre as atividades do PCB em sua fase institucional, entre 1945 e 1947, e sua proposta de “União Nacional”, o artigo aponta que

[...] os efeitos dessa política não se fizeram esperar. Foi a crescente decepção e desilusão de largas massas de trabalhadores na cidade e mesmo no campo (o Partido impedia a formação de chapas independentes de trabalhadores rurais e de camponeses pobres e fazia “frentes” com latifundiários). Foi a deterioração do movimento proletário propriamente dito, que caía na passividade ou voltava para o trabalhismo (o Ministério do Trabalho tinha algo de material a oferecer). Finalmente resultou no isolamento do Partido Comunista da classe operária, tornando-se uma seita de composição pequeno-burguesa, cujo campo de ação mais importante estava nos setores pequeno-burgueses (Revista *Movimento Socialista*, Nº 1, 1º de julho de 1959, p. 25).

O isolamento referido acima, somado à proscrição da legenda em 1947, levou os comunistas ao radicalismo do “Manifesto de Agosto” de 1950, distanciando o partido ainda mais de suas bases. De volta ao cenário político nacional, na segunda metade da década de 1950, segundo o autor, os comunistas-prestistas retornam ao “ponto de partida”, reeditando a “frente pelego-comunista, pretendendo vender mais uma vez a classe operária em troca de uma “aliança” – desta vez com a burguesia nacionalista” (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 3). Mais uma vez recorrendo à História, desta vez a do movimento comunista internacional, Mendes/Sachs cita Lênin e sua postura nos debates com a Social Democracia russa. Numa conjuntura em que também se discutia a formação de *frentes*, e a natureza das mesmas, o líder russo, á sua maneira contundente, defendia a independência do proletariado ante tais coalizões.

Ao assinalarem a solidariedade de tais ou quais grupos oposicionistas com os operários, os social-democratas porão sempre os operários à parte, explicando sempre o caráter temporário e condicional dessa solidariedade, acentuarão sempre a independência de classe do proletariado, que se pode erguer amanhã contra seus aliados de hoje. Dir-nos-ão: isto enfraquecerá todos os que lutam pela liberdade política no momento atual. E nós responderemos: isto fortalecerá todos que lutam pela liberdade política. Só são fortes os lutadores que se apóiam em interesses reais claramente compreendidos de determinadas classes e todo fator que obscurece esses interesses de classe, os quais já desempenham papel predominante na sociedade moderna, servirá apenas para enfraquecer os lutadores (LENIN, Apud: MENDES, In: Revista *Movimento Socialista*, Nº 1, 1º de julho de 1959, p. 28).

O que Eurico Mendes buscava ao citar o excerto acima era comparar a postura inflexível de Lênin, diante de seus adversários, mesmo em situação de aproximação tática, algo que o socialista não enxergava em Prestes e seu programa. Traçando um breve histórico sobre a atuação do

dirigente pecebista, Mendes conclui que o mesmo

[...] nunca agiu como marxista no cenário nacional, nem em 1930, quando se refugiou num abstencionismo sectário, nem em 1935, como promotor de uma "quartelada" pequeno-burguesa, nem em 1945, quando, com sua "União Nacional", se opôs frontalmente às aspirações do proletariado brasileiro. Esperávamos em vão que tivesse utilizado os dez anos de inatividade forçada para aproximar-se da realidade brasileira de um ponto de vista marxista. Mas não só não produziu nenhum trabalho que permita supor a sua preocupação com o assunto, como também surgiu, na prática, com uma plataforma quase idêntica à que o levou à débâcle (*Revista Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 29).

Após a crítica aguda a Prestes, a seu partido e sua política de coalizões, o artigo discorre sobre “como devemos colocar o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil de hoje?”. Traçando um breve panorama sobre o Brasil do período, Mendes aponta quatro “características fundamentais” que devem ser levadas em conta ao se discutir “a questão das alianças” políticas dentro da ótica marxista revolucionária.

O primeiro ponto faz menção a uma burguesia que “chegou tarde ao cenário nacional e internacional”, uma classe que teria seu desenvolvimento “freado pelo imperialismo”. Não obstante, essa mesma burguesia se deparava com uma classe operária em crescimento, e com potencial de luta. Em segundo lugar, embora o capital industrial estivesse em fase de superação em relação ao agrícola, “são as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país”. Este ponto determinava uma “comunidade de interesses” entre os dois setores da economia brasileira, apesar de ambos os lados sustentarem rivalidades pontuais. Como terceiro ponto, indica-se que a burguesia brasileira “não tem mais disposições para soluções revolucionárias”, e por isso instrumentalizava o desenvolvimentismo em voga na época, em suas diversas ramificações. Tal ideia força servia como um elemento atenuante em relação à luta de classes.

O que essas teorias de desenvolvimento todas têm em comum, até as mais nacionalistas, é que, de um modo ou de outro, pressupõem uma colaboração do capital estrangeiro, isto é, do imperialismo, que deve ajudar a solucionar os problemas nacionais. O que varia nos diversos tons do “desenvolvimento” são as condições dessa “colaboração” (*Revista Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 30).

Esta concepção é apresentada como “nada dialética”, e como algo que “elimina de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante o desenvolvimento burguês e limita o papel da burguesia nacional a luta anti-imperialista” (*Revista Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 29). No último ponto, conclui-se que o nosso

[...] proletariado está sob o domínio direto de partidos burgueses, trabalhistas e populistas, representando a sua reserva eleitoral. De todos os fenômenos de atraso, dos quais sofre o país, este pesa mais na política nacional. A tarefa da transformação do proletariado brasileiro de “classe em si” em “classe para si” ainda representa o problema cardeal para o movimento marxista (*Revista Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 31).

Os fatores acima elencados devem ser levados em conta ao se propor uma política de alianças policlassista. A principal meta dos movimentos que se encontravam “organicamente” ligados à classe operária, era evitar que esta classe social servisse como “massa de manobra” na formação de frentes que se propunham a lutar pelo desenvolvimento do país. Fugir a qualquer tipo de “reboquismo”, seja com relação à burguesia, seja com relação a partidos políticos. E o caminho para isso passava pela construção da “independência ideológica e orgânica da classe operária”. Eurico Mendes aponta como meta o patamar em que se atingisse o terreno das relações de classe para classe e isso dependeria: “a) do grande amadurecimento do proletariado, que é uma garantia contra simples adesões a posições burguesas e b) da situação objetiva dessas classes “aliadas”” (*Revista Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 32).

Em seguida, o artigo demonstra quais seriam os aliados mais próximos, e por isso, mais qualificados para marchar ao lado da classe operária. O primeiro destes seria o “trabalhador agrícola”, Mendes faz menção a um “despertar no campo”, e associa este despertar ao advento das Ligas Camponesas. Em seguida orienta que desde “já devemos levantar o problema da extensão da legislação trabalhista ao campo [...]” (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 32). O outro segmento a se conquistar seriam os setores mais à esquerda da pequena-burguesia, uma minoria deste substrato social se ligaria “diretamente ao movimento operário. No seu meio encontramos também o berço do nacionalismo militante, capaz de ser desenvolvido em anti-imperialismo mais consequente” (Revista *Movimento Socialista*, nº 1, 1º de julho de 1959, p. 32). O texto não faz menção, mas certamente tais setores poderiam ser encontrados nos meios militares, especialmente entre os de baixa e média patente. E coalizões com a burguesia? Nossa burguesia, como se convencionou dizer, era “débil”, e a classe operária aqui estabelecida ainda adquiria experiência de luta, recém-saída de uma ditadura protofascista, mas ainda submetida a uma legislação trabalhista de fundo corporativista. Isto posto, coalizões junto a burguesia deveriam ser descartadas. Eurico Mendes (Sachs) defendia suas posições de modo tenaz, muitas vezes agressivo. A crítica frontal e aberta de Mendes a Prestes e seu partido antecipava debates que se intensificariam em anos posteriores.

O editorial do segundo número de *Movimento Socialista*, “Tendências Etadonovistas na Política Nacional”, chamava a atenção para a fragilidade da democracia brasileira de então, assediada por resquícios autoritários, não suprimidos na Carta de 1946. Na conjuntura em que o editorial foi redigido, segundo seus redatores, adquiriam relevo “tendências autoritárias, antidemocráticas e liberticidas que vinham sendo geradas no bojo do processo de desenvolvimento industrial e do processo correlato de crescimento do poder político da burguesia” (Revista *Movimento Socialista*, edição nº 2, 1º de dezembro de 1959. p. 1). A partir da segunda metade da década de 1950, o modelo de desenvolvimento associado ao grande capital internacional deu novo fôlego à burguesia brasileira, conferindo prevalência desta classe em relação aos setores agropecuários. Uma nova composição de forças passou a se delinear, congregando as elites dirigentes, agora dispostas a unir esforços no sentido de barrar o crescimento do movimento operário organizado.

O arranjo político desenvolvido durante o Estado Novo encontrava seus limites em uma burguesia disposta a pôr um freio às “concessões sociais” feitas a classe trabalhadora. Os setores latifundiários se encontravam em alerta perante o aumento das mobilizações no campo, insufladas por Ligas Camponesas que se alastravam pelo país. A chamada Guerra Fria iniciava uma nova fase, com um perigoso deslocamento das lutas sociais para as regiões periféricas do sistema político mundial. Nessa torrente, assistia-se a emergência de um movimento operário em ascensão, que se mostrava cada vez mais insubmisso perante os limites de um arranjo institucional que lhe fora imposto pelas elites dirigentes do país. Estas mesmas elites buscavam sustentar suas posições com base em heranças e continuidades autoritárias, presentes não apenas na sociedade brasileira, mas em dispositivos garantidos pela Constituição de 1946⁷.

Tal panorama de agudização das lutas de classe se dava em meio à campanha sucessória para as eleições presidenciais de 1960, e *Movimento Socialista* chamava a atenção para o descompromisso dos postulantes à presidência da república para com “os direitos e reivindicações dos trabalhadores. Tudo está sendo disposto para que a campanha política da sucessão presidencial se faça sem a presença influente desses incômodos temas operários” (Revista *Movimento Socialista*, edição nº 2, 1º de dezembro de 1959. p. 3). O editorial indica que havia

⁷ Lilia Schwarcz e Heloísa Starling apontam elementos na Constituição de 1946 que indicam continuidades autoritárias em relação as cartas anteriores, dentre estes pontos, as pesquisadoras destacam que a Carta Magna de 1946: Reconhecia o direito de greve, mas determinava que sua regulação fosse mediante lei futura; Não incorporava os trabalhadores rurais aos direitos trabalhistas; Permitia intervenção dos militares na política brasileira. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 396).

poucas diferenças entre os dois principais candidatos ao pleito a ser realizado no ano seguinte. Tanto o Marechal Enrique Teixeira Lott, quanto Jânio Quadros, representavam interesses que se contrapunham aos da classe trabalhadora, estando ambos os concorrentes vinculados de modo estreito à burguesia e aos setores mais conservadores e reacionários da política nacional.

A burguesia tem motivos ponderáveis para dar às candidaturas uma característica: a da autoridade, da força, da ordem, da *dura lex sed lex*. O candidato militar apresenta-se logo, de início, como a encarnação desses princípios; seu oponente, usando da demagogia combinada com um messianismo individualista, como “homem providencial”, acima dos partidos, é combatido justamente como um candidato a ditador capaz de governar por meio de bilhetinhos autoritários. As diferenças de estilo não chegam para esconder a identidade de métodos e de conteúdo político das candidaturas preferidas até agora. Isto exprime uma tendência e não uma coincidência (Revista *Movimento Socialista*, edição nº 2, 1º de dezembro de 1959. p. 3-4).

O editorial, demonstrando uma arguta visão acerca da conjuntura político-institucional pela qual passava a sociedade do período, inferia que a “estrutura partidária” vigente se encontrava “superada”. Com base nestas considerações, alertava para a emergência de “uma corrente que chega mesmo a preconizar medidas extra-constitucionais, golpistas, para cancelar preventivamente as eleições” (Revista *Movimento Socialista*, edição nº 2, 1º de dezembro de 1959. p. 4)⁸. Tais grupos se alinhavam às diretrizes a emanar da campanha macarthista (cujo expoente era o senador estadunidense Douglas Maccarthur), fase expansiva do anticomunismo projetado a partir dos EUA. Tais correntes, dentre outras forças, foram responsáveis pelo assalto ao poder em 1964, como é bem sabido. A revista *Movimento Socialista*, com uma lucidez e um enfoque conjuntural não visto em outras publicações do mesmo jaez, antecipava uma fase que será observada de perto pelo jornal *Política Operária*.

Considerações finais

Em princípios de 1961, em um congresso realizado na cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, foi fundada a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Tal iniciativa se concretizou, sobretudo, graças aos esforços de Erich Sachs e Luiz Alberto Moniz Bandeira, que como vimos, foram os principais articuladores da Juventude do PSB. Organizada no Rio de Janeiro, a JS entabulou negociações com diferentes agremiações de esquerda atuantes no país. Ainda em meados de 1960, Erich Sachs redigiu uma convocatória, chamando diferentes grupos a se somar a uma *frente* que buscava renovar o meio marxista brasileiro.

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos “Partidos Operários”, ou a “esquerda”, como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores⁹.

Atenderam a convocatória parte dos quadros da LSI, organizada em São Paulo, mas o principal articulador do grupo, Hermínio Sacchetta, recusou-se a aceitar o convite, pois desconfiava

⁸ Desde 1954, grupos alinhados à extrema-direita nacional advogavam por soluções de força, de modo a bloquear o avanço de movimentos sociais que despontavam no cenário político do país. Alinhados a essas correntes, estavam o Clube da Lanterna, organizado por Carlos Lacerda ainda durante a gestão de Getúlio Vargas (1950-1954), a Cruzada Brasileira Anticomunista, ligada ao Almirante Penna Botto, e grupos articulados na Aeronáutica, em torno das lideranças de oficiais como o tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, que ganharia destaque durante o ciclo autoritário inaugurado em 1964. Tais grupos se alinhavam às diretrizes a emanar da campanha macarthista (cujo expoente era o senador estadunidense Douglas Maccarthur), fase expansiva do anticomunismo projetado a partir dos EUA. Para mais informações sobre tais grupos, consultar: Motta, 2002.

⁹ “Convocatória para o I Congresso da Polop”. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1960. p. 1. Documento disponível em formato digital no Centro de Estudos Victor Meyer: encurtador.com.br/dxWX5. Acesso em: 15/01/2021.

que o militante austríaco Erich Sachs fosse um agente a serviço da URSS (MONIZ BANDEIRA, 2017, 17), lembrando que Sacchetta era um histórico ativista dos meios trotskistas brasileiros. Da LSI paulista, integraram a nova organização Emir Sader, Eder Sader, Michael Löwy, Gabriel Cohn, dentre outros. Outro agrupamento a aceitar o chamado de Sachs foi a Mocidade Trabalhista do PTB, seção de Belo Horizonte, representados por Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra, Juarez Guimarães de Brito e outros. A situação da MT mineira, com relação a legenda que lhe dava suporte, era semelhante à da JS com o PSB (OLIVEIRA, 2018). Da JS carioca, aderiram Paul Singer (atuante em São Paulo), Piragibe de Castro, Ruy Mauro Marini, Aluizio Leite Filho, Simon Schwartzman, etc. Como já dito neste artigo, o órgão de comunicação da nova sigla foi o jornal *Política Operária*, por meio deste foram veiculadas as ideias da organização, que conseguiu boa representatividade no meio marxista nacional.

A JS se notabilizou como um polo aglutinador de militantes de orientação marxista que se encontravam dispersos, à margem do comunismo hegemônico do período, representado pelo PCB, que não se sentiam contemplados pelo socialismo de viés moderado encampado pelo PSB, e alguns quadros egressos do trotskismo que buscavam maior inserção no campo político brasileiro. A atuação da JS foi breve, sua importância histórica se enquadra a um período de dispersão e reaglutinação da esquerda nacional, abrindo caminho para o salto qualitativo, em termos de mobilização política, que se verificou a partir da década de 1960.

Embora igualmente breve, a revista *Movimento Socialista* antecipa muito do que se verá, em termos de leitura conjuntural e debates teóricos, nas páginas do jornal *Política Operária*. Tal periódico se destaca pelo reconhecimento e pela apresentação de autores pouco conhecidos e comentados no Brasil, como Rosa Luxemburgo, Isaac Deutscher e August Thalheimer, pensadores visitados comumente pelos informativos socialistas e trotskistas. Destaca-se também pela introdução de novas linhas de análise, como a desenvolvida por Manuel Agustin Aguirre (“A América Latina e a Luta Pelo Socialismo”), que antecipa os debates acerca da Teoria Marxista da Dependência¹⁰, que no Brasil terão no jornal *Política Operária* um dos principais meios de divulgação, em princípios dos Anos 1960. Pelas páginas do *Movimento Socialista*, pode-se observar algo de novo surgindo no campo marxista brasileiro, uma nova geração de ativistas e teóricos que muitas contribuições dariam ao pensamento crítico, em âmbito nacional e internacional.

Fontes

Jornal *Ação Socialista*, disponível em formato digital no CEDEM da UNESP.

Jornal *Política Operária*, órgão de comunicação da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), disponível em formato digital no CEDEM da UNESP, e disponível para consulta no site do Centro de Estudos Victor Meyer: centrovictormeyer.org.br. Acesso em: 15 jan. 2021.

Revista *Movimento Socialista*, arquivo pessoal de Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Revista Teoria e Debate. Número 24, mar./maio 1994.

Referências

¹⁰ A Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge durante os anos 1960, através de debates que envolviam setores da esquerda brasileira e latino-americana não vinculados ao comunismo internacional associado à URSS, com destaque para a ORM-POLOP. A TMD busca analisar o desenvolvimento capitalista com foco nas regiões periféricas, coloniais e semicoloniais, enfatizando as condições estruturais que sustentam o subdesenvolvimento destas regiões. A TMD rompe com visão etapista do PCB, que defendia uma revolução burguesa de modo a desenvolver as forças produtivas no país, dando ensejo a uma futura transição pós capitalista. Segundo a TMD, o subdesenvolvimento não seria resultado de uma ausência, ou deficiência, do capitalismo, e sim uma condição estrutural do modelo político-econômico implementado nos países de passado colonial. Para mais informações sobre a TMD, consultar: Wasserman, 2017.

BANDOLI, Mabele. Na “contracorrente” do desenvolvimentismo: autonomia organizativa, democracia partidária e o socialismo radical da Liga Socialista Independente (1956-1960)”. *Revista Teoria e Pesquisa*. vol. 22, n. 2, p. 50-70, jul./dez. 2013. Disponível no endereço eletrônico: encurtador.com.br/cJ047. Acesso em: 15/01/2021.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

LEAL, Leovegildo Pereira. *História da POLOP. Da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil*. Pará de Minas-MG: Editora Virtual Books, 2011.

MARINI, Rui Mauro; MILLÁN, Margarida (Org.). “La Teoria Social Latinoamericana. Textos Escogidos. TOMO II, La Teoria da la Dependencia”. Mexico- DF: UNAM, 1994. Disponível para download no endereço eletrônico: encurtador.com.br/nyOPW. Acesso em: 15/01/2021.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. Alberto. “Farrapos de Memória. Notas sobre a POLOP e Erich Sachs”. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 188, janeiro de 2017. p. 01-37. Disponível no endereço eletrônico: encurtador.com.br/dyS06. Acesso em: 15/01/2021

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. A Mocidade Trabalhista do PTB. As origens do ativismo radical em Belo Horizonte (1957 – 1961). *Projeto História*, São Paulo, v. 63, p. 144-174, Set.-Dez., 2018. Disponível no endereço eletrônico: encurtador.com.br/zCEKT. Acesso em: 15/04/2021.

POERNER, Athur J. *O poder jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SACHS, Erich. *Qual a Herança da revolução russa e outros textos*. Belo Horizonte-MG: Editora Segrac, 1988.

SANTOS, Theotônio. “Teoria da Dependência. Balanço e Perspectivas”. Biblioteca Digital do Grupo de Trabalho da Teoria da Dependência, 1998. Disponível no endereço eletrônico: encurtador.com.br/ijGMT. Acesso em: 15/01/2021.

Nota de autoria

Sérgio Luiz Oliveira é doutor em História Social pela FFLCH-USP, professor desde 2001, tendo passado pelas redes pública e privada, nos níveis Fundamental II e Médio, também atuou no Ensino Superior pela rede privada, e ministrou aulas como professor temporário no Ensino Técnico pelo IFSP. Tem como áreas de pesquisa História do Brasil Republicano, América Latina Contemporânea, Movimentos Sociais (no Brasil e na América Latina) e Resistência Armada às ditaduras no Cone-Sul (Brasil, Uruguai e Argentina). E-mail: serluiz68@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Sérgio Luiz. A Juventude Socialista do PSB e sua militância por meio da revista Movimento Socialista (1956-1960). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 61-73, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 19/11/2020.

Modificações solicitadas em 11/05/2021.

Aprovado em 17/06/2021.